**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2015**

A UNIÃO, através da **ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**, com Sede em Brasília/DF, instalada na Estrada Parque do Contorno Rodovia DF 001, KM 02, Setor Habitacional Taquari – Lago Norte, CEP: 71-559-900, inscrita no CNPJ sob o número **00.394.494/0083-82**, na forma da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 2.271/97 e IN/SLTI-MP nº 02/2008 e demais normas complementares aplicáveis, torna público que estará **CREDENCIANDO** empresas especializadas no serviço de **LAVANDERIA** para atender aos alunos matriculados no LV Curso de Formação de Agente de Polícia Federal nesta Casa de Ensino, sob regime de internato, observadas as condições constantes dos itens seguintes:

**1 – OBJETO**

1.1. Credenciamento de empresas especializadas no serviço de lavanderia para atender aos alunos matriculados no LV Curso de Formação de Agente de Polícia Federal nesta Casa de Ensino, sob regime de internato.

1.2. O serviço de lavanderia inclui pré-lavagem (para tirar encardido de sujeiras mais difíceis, como golas, punho, bainhas de calças etc), lavagem, secagem passadoria e embalagem. Os produtos de limpeza já estão inclusos no valor cobrado.

**2 – VALOR DE REFERÊNCIA E QUANTIDADE ESTIMADA**

2.1. A tabela de preço e de quantidade estimada, constante do item I do Projeto Básico (ANEXO I), deverá servir como referencial para formação do valor final que remunerará os diversos itens de serviços.

2.1.1. O valor referencial de cada peça é o máximo que poderá ser cobrado pelas empresas interessadas, sob pena de inabilitação.

2.2. Ressalte-se que a quantidade das peças foi estimada, levando em consideração o número de alunos convocados para o curso de formação e a relação de materiais pessoais constante do edital de convocação para o curso. Assim, por se tratar de estimativa, essas quantidades podem variar para mais ou para menos, não tendo a Administração qualquer responsabilidade sobre tal variação.

2.3. O pagamento dos serviços será realizado diretamente pelo próprio aluno matriculado no curso de formação profissional, considerando o valor fixado na tabela resultante do processo de credenciamento.

**3 – CONDIÇÕES GERAIS**

3.1. Prazo de validade do credenciamento: até o final do LV Curso de Formação de Agente de Polícia Federal.

3.2. O Termo de Credenciamento será assinado pelo representante legal da empresa que tenha tido sua proposta aprovada por atender todos os requisitos do Edital.

3.3. Em caso de procuração, a mesma deverá ser passada em cartório e conter autorização específica para tanto.

3.4. A participação neste Chamamento Público para Credenciamento implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente Edital.

**4 – PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO**

4.1. Poderão participar deste Credenciamento interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta inexigibilidade, e que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação econômico-financeira e a habilitação jurídica, conforme o caso.

4.1.1. Tal comprovação poderá ser feita mediante cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 4º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.1.2. Os interessados que apresentarem valores superiores aos de referência (tabelo do item I do Projeto Básico) terão suas propostas desconsideradas.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.1. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.4. Como condição para participação, o interessado deverá apresentar declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

4.5. Caberá exclusivamente ao próprio usuário-interessado a escolha da lavanderia, dentre as credenciadas, para a prestação do serviço.

**5 – PARTICIPANTES**

5.1 – As empresas interessadas em participar do presente Chamamento Público deverão apresentar a proposta constante do ANEXO II, devidamente preenchida acompanhada dos documentos de habilitação, na Academia Nacional de Polícia - Divisão de Administração, Rodovia DF-001 - KM 02 - Setor Habitacional Taquari, CEP 71559-900, Brasília/DF, em envelope lacrado, no período do credenciamento, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2015

DIVISÃO DE ADMINSITRAÇÃO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

INTERESSADO:

ENDEREÇO:

CNPJ:

5.2. O Edital e seus anexos, assim como outras informações, poderão ser obtidos no endereço citado ou Endereço eletrônico: [cpl.anp@dpf.gov.br](mailto:cpl.anp@dpf.gov.br), sem qualquer cobrança de taxa.

**6 - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1. A Proposta deverá atender às seguintes exigências:

6.1.1. Ser digitada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada pelo representante legal.

6.1.2. Declarar total concordância com as condições estabelecidas no presente Chamamento Público para Credenciamento e no Termo de Credenciamento.

6.1.3. Declarar que irá fazer obedecer o horário de entrega e devolução das roupas nos dias e horários estipulados pela CREDENCIANTE.

6.2. Período: 15 (quinze) dias úteis, à contar da publicação do edital.

6.3. Dia: de Segunda à sexta–feira.

6.4. Horário: 8h às 11h e de 14h às 17h

6.5. Local: Estrada Parque do Contorno Rodovia DF 001, KM 02, Setor Habitacional Taquari – Lago Norte, CEP: 71-559-900 – Setor de Licitação.

6.6. Informações pelo telefone (61) 2024-8945 ou 2024-8959

**7 – HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados em cópias simples.

I. Inscrição Municipal;

II. Inscrição do CNPJ;

III. Certidões de regularidade fiscal fornecida pela Secretaria da Receita Federal – SRF;

IV. Certidão de regularidade fiscal fornecida pelo Distrito Federal;

V. Certidão negativa de inscrição em dívida ativa do Estado;

VI. Certidão negativa de inscrição em dívida ativa do Distrito Federal;

VII. Comprovantes de inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, Certidão Negativa de Débitos - CND atualizada, e, se for o caso, também a regularidade quanto ao pagamento das parcelas mensais relativas aos débitos renegociados;

VIII. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) fornecido pela Caixa Econômica Federal nos termos da Lei nº. 8.036, de 11/05/1990;

IX. Certidões Negativas de Falência ou Recuperação Judicial, expedidas pelo Distribuidor do 1º, 2º, 3º e 4º, não sendo aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 60 (sessenta) dias contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data desta Convocação Pública.

X. Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante à Justiça do Trabalho, nos termos da lei 12.440/11

XI. Alvará de funcionamento (expedido pela Prefeitura ou Administração);

XII. Cópia da Carteira de Identidade e CPF do Representante Legal (Registro Geral);

7.2. A entrega da documentação acima estabelecida implica manifestação de interesse no credenciamento e na contratação, bem como aceitação e submissão, independente de manifestação expressa, a todas as normas e condições deste Edital.

7.3. Toda documentação deverá ser apresentada na ordem da relação constante no Item.

7.4. As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas.

7.5. Em relação às interessadas cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:

7.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

7.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI;

7.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.5.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

7.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**8 – ANÁLISE DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO**

8.1. A análise será feita pela Comissão Especial de Credenciamento - CEC, a ser designada pelo Diretor da Academia Nacional de Polícia - ANP, e será composta por 03 (três) servidores federais, devendo ser observado o seguinte:

8.1.1 . Prazo de 30 (trinta) dias para análise da documentação, prorrogável por igual período.

8.1.2. As Propostas, acompanhadas dos documentos exigidos no item acima, serão objeto de análise pela CEC.

8.1.3. A ANP, além de receber, examinar, comentar, esclarecer, discutir, emitir pareceres, julgar a documentação com obediência aos critérios estabelecidos, aprovar ou reprovar o credenciamento, com base na legislação vigente, dirimir quaisquer dúvidas ou omissões porventura existentes, ou adotar as medidas legais ou administrativas que se fizerem necessárias ao esclarecimento ou instrução do processo, encaminhando à superior apreciação, caso se faça necessário.

8.1.4. A CEC, além do recebimento e exame da documentação e da análise para habilitação do interessado, caberá, em obediência às disposições estabelecidas neste Edital e demais legislação pertinente, conduzir as atividades correlatas.

8.1.5. Analisados os documentos, diante do estabelecido neste instrumento, bem como o resultado da vistoria prévia, e estando conforme, a empresa será considerada habilitada.

8.2. Serão declarados inabilitados os interessados:

8.2.1. Que, por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, dos Estados ou dos Municípios, pelo Órgão que o expediu.

8.2.2. Inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao órgão fiscalizador da classe, sejam financeiras ou de registro profissional, bem como os que possuam qualquer nota desabonadora emitida pelo mesmo.

8.2.3. Terão o pedido de credenciamento indeferido as candidatas que não apresentarem a documentação exigida ou, se apresentada, não for aprovada, importando na exclusão do direito de participar da fase de contratação.

8.2.4. Anteriormente descredenciados pela ANP por descumprimento de cláusulas contratuais ou irregularidades na execução dos serviços prestados.

8.3. Os profissionais não habilitados serão informados das razões e terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para retirarem os documentos entregues quando do processo de habilitação, sob pena de destruição dos mesmos.

8.4. Fica garantido o direito de interposição de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da Carta de Recusa, assegurando-se ampla defesa e o direito ao contraditório.

**9 - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS**

9.1 – Analisada a documentação para verificação do cumprimento das exigências do Edital, a ANP/DPF/DGP/DPF divulgará os nomes dos classificados por meio de publicação de ato específico no Diário Oficial da União.

9.2 – Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à inabilitação, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação, ficando, nesse período, autorizada vista ao seu processo na CEC.

9.3 – O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.

9.4 – O recurso será protocolado na CEC, ficando estabelecido prazo de até 05 (cinco) dias úteis para reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise da Autoridade Superior, que terá igual prazo para análise e decisão.

9.5 – Não serão aceitos recursos por via postal, fax ou correio eletrônico, nem fora dos padrões e prazos estabelecidos neste Edital.

9.6 – Somente serão conhecidos os recursos tempestivos, motivados e não protelatórios.

9.7 – Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação.

9.8 – Ao recurso não será conferido efeito suspensivo.

**10 – DA CONVOCAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO**

10.1 – Será efetivado o credenciamento e contratação dos serviços das empresas cujos nomes constarem no Edital de Homologação.

10.2 – Para o ato de credenciamento e contratação, as empresas habilitadas constantes no Edital de Homologação devem apresentar-se no prazo estabelecido em notificação ou convocação.

10.3 – A empresa que vier a ser credenciada se submeterá às normas definidas pela Academia Nacional de Polícia quanto à realização dos serviços prestados, a fim de garantir o bom atendimento aos alunos da ANP.

**11 – ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

11.1. A aceitação das condições constantes deste instrumento será formalizada pela assinatura do Termo de Credenciamento, cuja minuta constitui o ANEXO IV deste instrumento.

11.2. O habilitado deverá assinar o Termo de Credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Carta de Comunicação da Habilitação, sob pena de decair do direito de credenciamento.

**12 – DO DESCREDENCIAMENTO**

12.1. O processo e os motivos de descredenciamento seguem o estabelecido no Termo de Credenciamento, Anexo IV do presente Edital.

**13 – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA CONTRATAÇÃO E DA AVALIAÇÃO GERAL**

13.1.A ANP/DPF realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de avaliações periódicas, visitas, auditorias, treinamentos, comunicações escritas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade da Gestão de Contratos da Divisão de Administração da ANP.

13.2. O credenciamento e a contratação inicial terão validade até o final do LV Curso de Formação de Agente de Polícia Federal.

13.3. Caberá a Gestão de Contratos, junto com a área técnica específica, desenvolver o instrumento de avaliação qualitativa dos serviços credenciados e da satisfação dos usuários.

**14 – PENALIDADES**

14.1 Sem prejuízo de indenização por perdas e danos cabíveis nos termos do Código Civil, a Administração poderá impor à contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeita, as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, no art. 87 da Lei nº 8666/1993.

**15 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. As condições de execução dos serviços, dos preços e demais obrigações constam da minuta do Termo de Credenciamento e respectivos anexos.

15.2. A formalização do Termo de Credenciamento dar-se-á com fulcro no “caput” do Art. 25 da Lei 8.666/93.

15.3. Eventuais dúvidas quanto às disposições deste instrumento, poderão ser dirimidas por expediente formal endereçado à Academia Nacional de Polícia, Divisão de Administração - Rodovia DF-001 - KM 02 - Setor Habitacional Taquari, CEP 71559-900, Brasília/DF ou pelo Endereço eletrônico: cpl.anp@dpf.gov.br

**16 – FORO**

16.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Brasília – DF para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilégio que seja.

Brasília, 14 de agosto de 2015.

**JOSE RITA MARTINS LARA**

Delegado de Polícia Federal

Diretor da ANP/DGP/DPF

- CREDENCIANTE

**Anexo I**

**PROJETO BÁSICO**

**Processo: 08204. 001866/2015-48**

**I - OBJETO**

Credenciamento de empresas especializadas no serviço de lavanderia para atender aos alunos matriculados no LV Curso de Formação de Agente de Polícia Federal nesta Casa de Ensino, sob regime de internato.

O serviço de lavanderia inclui pré-lavagem (para tirar encardido de sujeiras mais difíceis, como golas, punho, bainhas de calças etc), lavagem, secagem passadoria e embalagem. Os produtos de limpeza já estão inclusos no valor cobrado.

As lavanderias credenciadas deverão atender às necessidades dos alunos, em espécies de roupa e qualidade dos serviços, utilizando as quantidades estimadas abaixo para a formação de seu preço final, que não poderá ultrapassar os valores de referência de cada peça.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Discriminação | Unidade | Quantidade Estimada | Valor de Referência (R$) |
| 1 | AGASALHO | Und. | 800 | 6,13 |
| 2 | CALÇA | Und. | 1.600 | 6,00 |
| 3 | BERMUDA | Und. | 1.600 | 4,13 |
| 4 | SHORT | Und. | 1.600 | 3,13 |
| 5 | CAMISA | Und. | 1.600 | 4,00 |
| 6 | CAMISETA | Und. | 1.600 | 3,38 |
| 7 | CAMISA SOCIAL | Und. | 800 | 4,88 |
| 8 | KIMONO COMPLETO | Und. | 800 | 14,5 |
| 9 | PEÇA ÍNTIMA MASC / FEM | Und. | 2.000 | 2,25 |
| 10 | TERNO SOCIAL MASCULINO | Und. | 500 | 19,00 |
| 11 | TERNO SOCIAL FEMININO | Und. | 500 | 18,33 |
| 12 | VESTIDO LONGO | Und. | 500 | 22,00 |
| 13 | VESTIDO CURTO | Und. | 500 | 15,67 |
| 14 | LENÇOL SOLTEIRO COM ELÁSTICO | Und. | 1.600 | 5,50 |
| 15 | LENÇOL SOLTEIRO SEM ELÁSTICO | Und. | 1.600 | 4,75 |
| 16 | FRONHA SIMPLES | Und. | 1.600 | 2,25 |
| 17 | TOALHA DE BANHO SIMPLES | Und. | 1.600 | 3,38 |
| 18 | TOALHA DE ROSTO | Und. | 1.600 | 1,75 |
| 19 | MEIA | Par | 1.600 | 1,5 |
| 20 | TÊNIS | Par | 800 | 11,75 |

A quantidade das peças foi estimada, levando em consideração o número de alunos convocados para o curso de formação e a relação de materiais pessoais constante do edital de convocação para o curso. Importante ressaltar que, por se tratar de estimativa, essas quantidades podem variar para mais ou para menos, não tendo a Administração qualquer responsabilidade sobre tal variação. Ao contrário, os preços estabelecidos pelas credenciadas influenciarão bastante na escolha da lavanderia e na quantidade do serviço a ser prestado.

O valor estabelecido na tabela acima foi obtido através de pesquisa de preço no mercado regional e é o valor unitário máximo por peça que poderá ser cobrado aos alunos.

**II - JUSTIFICATIVA**

Disponibilizar aos alunos do Curso de formação de Polícia, sob regime de internato, acesso aos serviços de lavanderia para higienização de suas roupas pessoais, sendo que o credenciamento possibilitará ao aluno escolher, dentre os credenciados, àquela empresa que melhor atender suas expectativas.

**III – PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

O pagamento dos serviços será feito diretamente pelo aluno que contratou o serviço de lavanderia, no ato da entrega da roupa, pelo valor fixado na tabela resultante do processo de Credenciamento.

**IV – DO LOCAL E PERÍODO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

As roupas deverão ser retiradas e entregues pelas empresas credenciadas diretamente aos alunos nas dependências da própria Academia Nacional de Polícia, às segundas, quartas e sextas-feiras, no horário das 11:00h às 14:00h.

O prazo de validade do credenciamento será até o final do LV Curso de Formação de Agente de Polícia Federal.

O Termo de Credenciamento pode ser revogado a qualquer tempo, havendo interesse público, independentemente de indenização.

**V – MODALIDADE**

Considerando o interesse público na contratação, conforme já justificado supra.

Citando recente julgado da relatoria do conselheiro Eduardo Carone, no qual se delimita a utilização do instituto do credenciamento:

“O instituto do Credenciamento visa à contratação de todos aqueles que preencherem os requisitos determinados em edital. não há que se falar em ordem de preferência sob justificativa alguma. Qualquer empresa que cumpra com as exigências editalícias e que aceite o valor predeterminado deve ser contratada pela administração. caso contrário, não será própria a utilização do credenciamento (Denúncia n. 751.882, Primeira Câmara, sessão: 18/09/08).”

Dessa forma, pode-se conceituar o instituto do credenciamento como sendo o procedimento administrativo que visa à contratação de prestadores de serviços mediante requisitos estabelecidos previamente no edital de convocação, quando determinado serviço público necessita ser prestado por uma pluralidade de contratados simultaneamente.

Nesse mesmo sentido, o Professor Luciano Ferraz conceitua o Credenciamento como:

“O processo administrativo, pelo qual a administração convoca interessados para, segundo condições previamente definidas e divulgadas, credenciarem-se como prestadores de serviços ou beneficiários de um negócio futuro a ser ofertado, quando a pluralidade de serviços prestados for indispensável à adequada satisfação do interesse coletivo ou, ainda, quando a quantidade de potenciais interessados for superior à do objeto a ser ofertado e por razões de interesse público a licitação não for recomendada (Licitações, estudos e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: esplanada, 2002. p. 118).”

Sobre o procedimento a ser utilizado para a implementação do Credenciamento, o Tribunal de Contas da União já se manifestou, no sentido de que o credenciamento é uma hipótese de inexigibilidade, tendo em vista a inviabilidade de competição, verbis:

“Ante o previsto no caput do art. 25 da lei n. 8.666/93, de 21/06/93, e por exigir um grau de subjetividade bastante razoável, com referência à fixação dos critérios para julgamento da licitação, caso viesse a ser implementada pelos motivos aventados, propomos, por tudo isso, o credenciamento, com inexigibilidade de processo licitatório, uma vez que a norma legal dá ensejo ao abrigo de tal propositura, dada a impossibilidade prática de estabelecer-se o confronto entre licitantes, no mesmo nível de igualdade (Processo n. TC — 008.797/93-5, sessão: 09/12/2003. TCU).”

Com efeito, o fundamento legal para o credenciamento é a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, caput, da lei n. 8.666/93, pelo qual caberá à Administração justificar a inviabilidade de competição, nos termos do art. 26, parágrafo único, da citada lei de licitações, devendo, ainda, observar os aspectos necessários e pertinentes para a implantação deste sistema, de modo a preservar a lisura e transparência do procedimento (excerto do voto aprovado proferido pelo revisor conselheiro Simão Pedro no recurso de revisão n. 687.621, relator conselheiro substituto Gilberto Diniz, sessão pleno: 06/06/2007. TCE MG).

Tem-se, portanto, que o credenciamento é uma hipótese de inexigibilidade, em que a inviabilidade de competição se caracteriza pela possibilidade de competição de todos.

Insta salientar, ainda, que, realizado o procedimento de inexigibilidade, mediante um edital de credenciamento, o usuário deverá ter liberdade de escolher o profissional a que deseja recorrer, dentre aqueles selecionados, sendo inadmissível que a escolha fique a cargo da Administração.

Nessa situação, como já exposto, a oportunidade deverá ser aberta a todos as lavanderias interessadas, em respeito aos princípios da isonomia e impessoalidade que devem nortear qualquer ato da administração pública.

Aplica-se a hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no artigo 25, *caput*, da lei 8666/93.

**VI – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

À ANP/DPF incumbirá:

- Dar conhecimento aos alunos das obrigações e responsabilidades que lhes cabem acerca dos serviços deste instrumento.

- Comunicar a data prevista para o final do Curso de Formação com antecedência mínima de 30 dias.

- Zelar para que a CREDENCIADA preste os serviços de lavanderia com qualidade e dentro das normas impostas pelo exercício da profissão.

A CREDENCIADA deverá:

- Compromete-se a manter, durante a vigência contratual, todas as condições que o habilitaram para o credenciamento junto a CREDENCIANTE, especialmente o oferecimento de serviços de boa qualidade.

- Fornecer à CREDENCIANTE, no prazo e forma solicitada, as informações requeridas.

- A CREDENCIADA somente poderá delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços ora pactuados mediante prévia autorização, por escrito, da CREDENCIANTE.

- Cumprir integralmente as normas de segurança interna da ANP/DPF.

**VII - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A CREDENCIANTE poderá aplicar à CREDENCIADA as penalidades previstas na Seção II – Das Sanções Administrativas – Capítulo IV da Lei 8.666/93.

Brasília/DF, 14 de agosto de 2015.

**Aloísio Valente Chaves**

SEMAI/DAD/ANP/DPF

**Anexo II**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2015**

**PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO**

À

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP/DGP/DPF

Pela presente Proposta de Serviços, vimos oferecer aos alunos do Curso de Formação Policial da Academia Nacional de Polícia os nossos serviços profissionais, comprometendo-nos a receber e entregar as roupas por intermédio de nosso corpo de profissionais.

IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO

|  |  |
| --- | --- |
| Nome (Razão Social): | |
| Nome Fantasia: | |
| Endereço: Bairro: | |
| Cidade: UF: CEP: | |
| CNPJ: Inscrição Estadual: | |
| Telefone: Fax: | |
| E-mail: Site: | |
| Representante Legal: | |
| Naturalidade: | Estado Civil: |
| Endereço: Bairro: | |
| Cidade: UF: CEP: | |
|  | |

Para todos os fins de direito, declaramos que:

1. Estamos cientes e concordamos com as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2015 e no Termo de Credenciamento, inclusive quanto à forma de atendimento e tabela de preços.
2. Comprometemo-nos fornecer à Academia Nacional de Polícia quaisquer informações ou documentos solicitados referentes aos serviços prestados.
3. Temos o conhecimento de que o pagamento pelos serviços deverá ser feito pelo aluno que utilizou o serviço.
4. Informaremos, de imediato, toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em nossos dados cadastrais.
5. A prestação dos serviços a que nos propomos não implicará em qualquer vinculação empregatícia com a ANP, não podendo, portanto, pretender ou exigir vantagens daí decorrentes.

Para a análise e decisão sobre o referido credenciamento, anexamos cópia da documentação exigida no Edital acima citado.

Brasília, de de 2015 .

Representante da Proponente

**PROPOSTA DE PREÇOS**

À

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP/DGP/DPF

Pela presente, vimos oferecer aos alunos do Curso de Formação Policial da Academia Nacional de Polícia os nossos serviços profissionais, com a seguinte tabela de preços:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item | Discriminação | Unidade | Valor unitário |
| 1 | AGASALHO | Und. |  |
| 2 | CALÇA | Und. |  |
| 3 | BERMUDA | Und. |  |
| 4 | SHORT | Und. |  |
| 5 | CAMISA | Und. |  |
| 6 | CAMISETA | Und. |  |
| 7 | CAMISA SOCIAL | Und. |  |
| 8 | KIMONO COMPLETO | Und. |  |
| 9 | PEÇA ÍNTIMA MASC / FEM | Und. |  |
| 10 | TERNO SOCIAL MASCULINO | Und. |  |
| 11 | TERNO SOCIAL FEMININO | Und. |  |
| 12 | VESTIDO LONGO | Und. |  |
| 13 | VESTIDO CURTO | Und. |  |
| 14 | LENÇOL SOLTEIRO COM ELÁSTICO | Und. |  |
| 15 | LENÇOL SOLTEIRO SEM ELÁSTICO | Und. |  |
| 16 | FRONHA SIMPLES | Und. |  |
| 17 | TOALHA DE BANHO SIMPLES | Und. |  |
| 18 | TOALHA DE ROSTO | Und. |  |
| 19 | MEIA | Par |  |
| 20 | TÊNIS | Par |  |

Brasília, de de 2015 .

Representante da Proponente

**Anexo III**

**Declaração de que não emprega menor**

**(**Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz).

**NOME DA EMPRESA**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_inscrito no **CNPJ nº**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_portador(a) da Carteira de Identidade nº\_\_\_\_\_\_\_\_e do CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.**

**Brasília – DF, de de 2015.**

Assinatura do declarante........................: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do declarante..............................: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Número da identidade do declarante....... : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |
| --- |
|  |

#### Carimbo da Empresa com CNPJ

(dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

**OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.**

**Anexo IV**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Termo de Credenciamento que entre si

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, de um lado a, A UNIÃO, por meio da **ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**, com Sede em Brasília/DF, instalada na Estrada Parque do Contorno Rodovia DF 001, KM 02, Setor Habitacional Taquari – Lago Norte, CEP: 71-559-900, inscrita no CNPJ sob o número **00.394.494/0083-82**, órgão do Ministério da Justiça, neste ato designado simplesmente CREDENCIANTE, representada pelo Diretor, **JOSÉ RITA MARTINS LARA**, brasileiro, Delegado de Polícia Federal, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX 16 e inscrito no CPF/MF sobre o nº XXXXXXXXXXXXXX , residente e domiciliado nesta Capital, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 5422/2015, de 03.06.2015 – DG/DPF, e de outro lado a LAVANDERIA XXX, registrado no CNPJ sob nº XXX, sede na XXX telefone nº , fax nº , e-mail: , representada por XXXX (nome, naturalidade, estado civil, profissão, CI, CPF, residência), doravante denominada **CREDENCIADA**, na forma da Lei nº 9.656/98, Lei nº 8.666/93, Decreto nº 2.271/97 e IN/SLTI-MP nº 02/2008 e legislações posteriores e do Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2015, têm entre si justa acordada a prestação dos serviços mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de lavanderia, constantes no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2015, para atender aos alunos matriculados no LV Curso de Formação de Agente de Polícia Federal nesta Casa de Ensino, sob regime de internato.

1.1.1. O serviço de lavanderia inclui pré-lavagem (para tirar encardido de sujeiras mais difíceis, como golas, punho, bainhas de calças etc), lavagem, secagem passadoria e embalagem. Os produtos de limpeza já estão inclusos no valor cobrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

2.1. A CREDENCIADA prestará serviços de lavanderia das roupas de uso pessoal dos alunos em Curso de Formação, devendo as roupas serem recolhidas e entregues nas dependências da Academia Nacional de Polícia, nos dias e horários estipulados pela CREDENCIANTE, onde será disponibilizado um local para o atendimento, conforme descriminado no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2015.

2.2. As roupas deverão ser identificadas por aluno que deverá receber comprovante com data prevista para entrega.

2.3. A CREDENCIADA deverá fazer cadastro com os dados qualificativos do aluno e número de matrícula no curso, para controle da entrega da roupa.

2.4. Os serviços somente serão prestados no período em que estiver ocorrendo os Cursos de Formação Profissional, sendo comunicadas com antecedência mínima de 30 dias do final do curso.

2.5. A responsabilidade da prestação dos serviços é da CREDENCIADA que deverá prestá-lo com elevado padrão de eficiência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. A CREDENCIADA não poderá cobrar valor superior ao fixado na tabela resultante do processo de Credenciamento nº 001/2015:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item | Discriminação | Unidade | Valor unitário |
| 1 | AGASALHO | Und. |  |
| 2 | CALÇA | Und. |  |
| 3 | BERMUDA | Und. |  |
| 4 | SHORT | Und. |  |
| 5 | CAMISA | Und. |  |
| 6 | CAMISETA | Und. |  |
| 7 | CAMISA SOCIAL | Und. |  |
| 8 | KIMONO COMPLETO | Und. |  |
| 9 | PEÇA ÍNTIMA MASC / FEM | Und. |  |
| 10 | TERNO SOCIAL MASCULINO | Und. |  |
| 11 | TERNO SOCIAL FEMININO | Und. |  |
| 12 | VESTIDO LONGO | Und. |  |
| 13 | VESTIDO CURTO | Und. |  |
| 14 | LENÇOL SOLTEIRO COM ELÁSTICO | Und. |  |
| 15 | LENÇOL SOLTEIRO SEM ELÁSTICO | Und. |  |
| 16 | FRONHA SIMPLES | Und. |  |
| 17 | TOALHA DE BANHO SIMPLES | Und. |  |
| 18 | TOALHA DE ROSTO | Und. |  |
| 19 | MEIA | Par |  |
| 20 | TÊNIS | Par |  |

3.2. O pagamento dos serviços de lavanderia será feito diretamente pelo aluno que contratou o serviço, no ato da entrega da roupa.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. Os preços dos serviços constantes da tabela prevista na Cláusula Terceira são fixos e irreajustáveis.

4.2. Os preços apresentados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Em caso de alteração na relação de serviços ou de preços especificados no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2015 e na tabela de preços, esta se dará mediante assinatura do termo aditivo correspondente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. A CREDENCIANTE fica obrigada a:

5.1.1. Dar conhecimento aos alunos das obrigações e responsabilidades que lhe cabem acerca dos serviços deste instrumento.

5.1.2. Comunicar a data prevista para o final do Curso de Formação com antecedência mínima de 30 dias.

5.1.3. Zelar para que a CREDENCIADA preste os serviços de lavanderia com qualidade e dentro das normas impostas pelo exercício da profissão.

5.2. A CREDENCIADA fica obrigada à:

5.2.1. Compromete-se a manter, durante a vigência contratual, todas as condições que o habilitaram para o credenciamento junto a CREDENCIANTE, especialmente o oferecimento de serviços de boa qualidade.

5.2.2. Fornecer à CREDENCIANTE, no prazo e forma solicitada, as informações requeridas pela Legislação e regulamentação expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ou qualquer outro órgão Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, a quem a legislação conceda o poder regulador ou fiscalizador.

5.2.3. A CREDENCIADA somente poderá delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços ora pactuados mediante prévia autorização, por escrito, da CREDENCIANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. A CREDENCIADA e a CREDENCIANTE poderão solicitar formalmente o descredenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observados os itens 6.5 e 6.6 desta cláusula.

6.2. A CREDENCIANTE poderá, em se verificando o descumprimento de normas estabelecidas neste Termo de Credenciamento, interromper temporariamente a sua execução até decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observados o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento da instituição ou do profissional pertencente ao corpo clínico.

6.3. Caso a CREDENCIADA esteja em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, não poderá se utilizar do previsto no item 6.1 desta Cláusula, enquanto não concluído o processo de apuração.

6.4. O descredenciamento poderá ser determinado por:

6.4.1. Motivos previstos nos incisos I a VIII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

6.4.2. Atendimento aos alunos Curso de Formação da Academia Nacional de Polícia – CREDENCIANTE, de forma discriminatória e prejudicial, devidamente comprovada.

6.4.3. Reincidência na cobrança de serviços não executados ou executados irregularmente, devidamente comprovada.

6.4.4. Ação de comprovada má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos à CREDENCIANTE ou aos alunos que utilizam diretamente o serviço.

6.4.5. Deixar de comunicar, injustificadamente, à CREDENCIANTE, alteração de dados cadastrais, tais como, número de telefone e razão social, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da alteração.

6.4.6. Deixar de comunicar previamente à CREDENCIANTE a alteração de endereço, para fins de vistoria.

6.4.7. A negativa imotivada de atendimento aos alunos, sem prévia notificação à CREDENCIANTE.

6.4.8. Liquidação ou decretação da falência da CREDENCIADA ou da CREDENCIANTE.

6.4.9. Ao ato do descredenciamento, por decisão da CREDENCIANTE, aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

6.5. Deverão ser concluídos pela CREDENCIADA os serviços em seu poder.

6.6. Nas hipóteses previstas na presente cláusula não cabe à CREDENCIADA o direito de indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. A CREDENCIANTE poderá aplicar à CREDENCIADA multa de 2% (dois por cento) do valor correspondente ao total dos RPA (Recibo de Pagamento de Autônomo) do mês da ocorrência, sobre qualquer infringência contratual apurada em processo administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.2. A multa de que trata o item 7.1 poderá ser aplicada cumulativamente com as penas de suspensão do credenciamento e de advertência.

7.3. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maiores devidamente comprovados.

7.4. A CREDENCIANTE, sem prejuízo das sanções aplicadas, promover cobrança judicial ou extrajudicial, a fim de receber multas aplicadas e resguardar-se das perdas e danos que tiver sofrido por culpa da CREDENCIADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

8.1. As partes desde já ajustam que não existirá para a CREDENCIANTE qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da CREDENCIADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

CLÁUSULA NONA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

9.1 O presente Termo de Credenciamento tem como fundamentação legal o “caput” do art. 25, da Lei nº 8.666/93, o Aviso de Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2015, publicado do DOU, Seção X, de XX/XX/2015, na Lei nº 9.656/98 e demais normas pertinentes e é oriundo da Inexigibilidade nº XXXX/2013.

CLAUSULA DÉCIMA– DA VIGÊNCIA

10.1. O período de vigência do presente instrumento é até o final do LV Curso de Formação de Agente de Polícia Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. São partes integrantes deste Termo de Credenciamento, os seguintes anexos:

a) Aviso de Chamamento Público nº 001/2015.

b) Edital de Chamamento Público nº 001/2015.

c) Anexo I – Projeto Básico.

d) Anexo II – Proposta de Credenciamento e de Preços.

e) Anexo III – Declaração de que não emprega menor

f) Anexo IV – Termo de Credenciamento

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. Este Termo terá sua publicação por extrato no Diário Oficial da União, providenciado pelo OUTORGADO, no prazo estabelecido no Parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Brasília – DF para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilégio que seja.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **JOSE RITA MARTINS LARA**  Delegado de Polícia Federal  Diretor da ANP/DGP/DPF  - CREDENCIANTE - |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  - CREDENCIADO - |

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_